

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.541 - SP (2019/0298658-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MAILANE RAMOS DOS SANTOS R. DE OLIVEIRA -
SP166669
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERITON LOPES MENESES DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

ERITON LOPES MENESES DE OLIVEIRA aponta ilegalidade do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no Agravo em Execução n. 0006198-59.2019.8.26.0496, em que **foi cassada a decisão de primeiro grau, que deferia o livramento condicional.**

A defesa alega que "a conduta carcerária é considerada reabilitada decorrido prazo de 12 meses, estabelecido pelo Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais, ocasião em que será atestada novamente como boa, o que ocorreu na hipótese" (fl. 4, destaquei). Ainda, afirma que "não há previsão legal condicionante de anterior progressão ao regime intermediário para o deferimento do benefício, não podendo a opinião pessoal do Julgador prevalecer ao ordenamento jurídico" (fl. 5).

Requer, assim, o restabelecimento do benefício.

Decido.

No caso vertente, a Corte de origem reformou a decisão de primeiro grau, que deferiu o livramento condicional, sob a seguinte fundamentação:

[...]

Contudo, o acusado não possui mérito para a obtenção Conforme o boletim informativo, ele praticou faltas disciplinares de natureza grave, como desrespeito ao funcionário, ameaça e subversão da ordem e disciplinar, desrespeito e desobediência, e evasão, esta ocorrida em 02 de fevereiro de 2018, com recaptura

em 30 de junho de 2018.

E certo que a jurisprudência dominante entende que a prática de falta grave não interrompe o prazo para a concessão de livramento condicional, a teor da Súmula 441 do Superior Tribunal de Justiça e do entendimento desta C. Câmara, contudo, a meu ver, não se olvide que tal circunstância indica a falta de mérito para a obtenção de benefícios, pois o acusado não absorveu a terapêutica penal.

Além disso, houve a prematura concessão do livramento condicional, eis que entendo ser necessária a experimentação pelo sentenciado, primeiramente, do regime prisional semiaberto para, posteriormente, fazer jus ao benefício mais amplo.

Muito embora a promoção ao regime semiaberto não constitua requisito imprescindível para a concessão do benefício do livramento condicional, observo que se trata de indivíduo que ostenta péssimos antecedentes criminais, condenado pela prática dos crimes de roubo e com registro de diversas faltas disciplinares que indicam comportamento desajustado, demandando estudo mais aprofundado a respeito do mérito subjetivo (fls. 17-18, grifei).

Com efeito, apesar da orientação consolidada pela Súmula n. 441 do STJ, de que "a falta grave não interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional", verifico que **o benefício foi indeferido ante o não preenchimento do requisito subjetivo pelo paciente.**

No tocante aos requisitos necessários para o deferimento do livramento condicional, o Código Penal preceitua que:

Requisitos do livramento condicional

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;

III - comprovado comportamento satisfatório **durante a**

execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração;

V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

Parágrafo único - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento **ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir** (Destaquei).

O benefício do livramento condicional traduz-se como uma das fases do cumprimento de pena, na qual é concedida ao condenado a possibilidade de gozar da liberdade mediante o cumprimento de certos requisitos legais.

Para tanto, não basta o implemento do requisito temporal. Faz-se necessário, ainda, o cumprimento do requisito subjetivo, o qual é alcançado por meio da comprovação de **comportamento satisfatório durante a execução da pena**, do bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e da aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto, como indicado no dispositivo legal acima transcrito. **Portanto, depreende-se, da leitura do texto legal, que a avaliação do comportamento do apenado se dá em face de todo o período de cumprimento da reprimenda imposta.**

Em relação ao pressuposto subjetivo, vale trazer a lição de Renato Marcão:

No plano do ideal, a satisfação de tais requisitos constitui indicativo mais ou menos seguro de que o condenado não voltará a delinquir.

Ajustando-se ao ambiente carcerário, sabidamente de difícil convivência, de maneira a apresentar comportamento ao menos satisfatório, já que sob tais condições não se pode exigir mais do que isso, é possível presumir que sua convivência em sociedade não será impossível, dentro dos padrões da vida ordeira. É claro,

entretanto, que o simples fato de o condenado ajustar-se ao meio carcerário não pode acarretar a ilusão de sua recuperação, até porque no mais das vezes estará apenas submetido aos efeitos da "prisionização" a que se referia Manoel Pedro Pimentel com o costumeiro acerto. Um homem excelente e ajustado a determinado núcleo social pode não se ajustar a outro, e isso mesmo sem pensarmos no ambiente carcerário.

Apresentando-se, entretanto, de forma satisfatória em seu comportamento e mostrando-se dedicado na execução dos trabalhos que lhe forem atribuídos, o condenado estará revelando grau maior de recuperação e aptidão ao retorno à vida social. (Curso de Execução Penal. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 243).

Nesse sentido, o Tribunal local negou o pedido de concessão do benefício da progressão de regime por reputar ausente o requisito subjetivo. A decisão foi mantida pelo Tribunal *a quo*, que denegou a ordem lá impetrada e, assim, indeferiu a benesse.

Com efeito, é imperioso destacar que, embora a falta grave não seja considerada como marco interruptivo para o deferimento do benefício, o agravante possui histórico de mau comportamento durante o cumprimento da pena, **incluindo o cometimento recente de infrações disciplinares de natureza grave**. Assim, o sentenciado não apresenta comprovação de comportamento satisfatório durante a execução da pena de maneira a ensejar o deferimento da benesse.

Por essas razões, não constato nenhuma ilegalidade na decisão mantida pela Corte de origem, uma vez que a progressão de regime foi indeferida com base em elementos concretos dos autos que, efetivamente, evidenciam a ausência do cumprimento do requisito subjetivo.

Trago à baila o seguinte julgado:

[...]

III - Para a concessão do livramento condicional, o Magistrado deve avaliar o efetivo cumprimento do requisito subjetivo, **não estando adstrito ao atestado de bom comportamento carcerário, sob pena de se tornar mero homologador da manifestação do diretor do estabelecimento prisional (precedentes)**.

IV - Destaque-se, ademais, que nos termos da

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência pacífica desta Corte Superior de Justiça, a análise do merecimento do apenado demanda amplo revolvimento da matéria fático-probatória, procedimento que é incompatível com a estreita via do habeas corpus.

V - No presente agravo regimental não se aduziu qualquer argumento novo e apto a ensejar a alteração da decisão agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no HC n. 394.009/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 30/10/2017, grifei).]

Ademais, para se infirmar a interpretação apresentada pelas instâncias ordinárias e possibilitar conclusão diversa da exarada na decisão liminar, é **necessário imiscuir-se no exame do acervo fático-probatório**, o que evidencia a impossibilidade de este Superior Tribunal apreciar o pedido formulado no *writ*.

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**